



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 9, nº. 2, julho-dezembro, 2012, p. 265-268

HUME, DAVID. DA IMORTALIDADE DA ALMA E OUTROS TEXTOS PÓSTUMOS

Itamar Luís Gelain

Doutorando em Filosofia na UFSC. Professor do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina/CATÓLICA-SC.
Florianópolis – SC - Brasil
E-mail: itamarluis@gmail.com

* * *

HUME, David. *Da Imortalidade da Alma e Outros Textos Póstumos*. Tradução: Daniel S. Murialdo, Davi de Souza e Jaimir Conte. Ijuí: UNIJUI, 2006, 84 páginas.

Uma grande vantagem que resulta da Filosofia consiste no poderoso antídoto que ela oferece contra a superstição e a falsa religião. (HUME, 2006, p.31)

Em 2006 a editora UNIJUI coloca em circulação a tradução em língua portuguesa de três textos póstumos de Hume e de dois relatos sobre os últimos dias de sua vida. Daniel S. Murialdo, Davi de Souza e Jaimir Conte são os responsáveis pela excelente tradução para o português destes textos publicados originalmente em língua inglesa. Os textos traduzidos estão reunidos sob o título *Da Imortalidade da Alma e Outros Textos Póstumos*. Os ensaios contidos nesta obra são os seguintes: i) *Da imortalidade da alma*, ii) *Do suicídio*, iii) *Minha vida*, iv) *Carta a William Strahan*, e v) *Última entrevista com David Hume*. Os três primeiros são de autoria de Hume, o quarto e o quinto, respectivamente, de Adam Smith e James Boswell.

Da imortalidade da alma e *Do suicídio* são os textos mais pertinentes reunidos na obra citada. Ambos os ensaios seriam publicados primeiramente num volume intitulado *Cinco Dissertações* em 1756. Por conterem críticas que atingiam diretamente a religião revelada, o volume mencionado foi alterado. Para o lugar dos dois ensaios foi introduzido outro texto denominado *Do padrão do gosto*. Entretanto, os polêmicos ensaios só foram publicados oficialmente em 1783 levando o nome de Hume como seu autor.

No texto *Da imortalidade da alma* não há uma posição favorável acerca de tal doutrina, mas sim contrária, ou seja, a imortalidade da alma não é defendida, mas questionada. Por isso o título pode levar um leitor desavisado a tirar conclusões apressadas e precipitadas. Embora Hume não defenda a imortalidade da alma, racionalmente falando, ele faz questão de deixar muito claro, no primeiro parágrafo do ensaio, que por meio da razão natural é difícil provar a imortalidade da alma, pois, esta questão compete somente ao evangelho esclarecer. No parágrafo conclusivo do ensaio, Hume volta a afirmar que, “uma vez que descobrimos que nenhum outro meio é capaz de determinar esta grande e importante verdade (a imortalidade da alma), nada pode indicar de modo mais evidente a infinita obrigação que a humanidade tem para com a revelação divina” (HUME, 2006, p.28). Estas ressalvas apresentadas por Hume revelam a preocupação com o clima religioso hostil no qual estava inserido. Um crítico teria afirmado que os princípios que Hume tenta defender nos ensaios – *Da imortalidade da alma* e *Do suicídio* - são desprezíveis e perniciosos, com uma forte tendência de subverter o fundamento da religião, de rebaixar a natureza humana, de denegrir toda a criação, e de frustrar as mais sublimes intenções e esperanças das pessoas (Cf. FIESER, 2001). Por mais que Hume tenha tentado atenuar suas críticas por meio do reconhecimento (este reconhecimento parece ser muito mais um artifício retórico do que algo sincero) que é de “competência” do evangelho esclarecer a questão da imortalidade da alma, isso não foi suficiente para os objetivos propostos, como vimos nas palavras acima.

Qual é o argumento que Hume desenvolve para questionar a imortalidade da alma? Poder-se-ia afirmar que a sua tese central sedimenta-se no seu próprio empirismo. Nesse caso, sendo a experiência a única fonte dos juízos, ela não nos permite decidir nada sobre questões metafísicas como é o caso da imortalidade da alma. Tomando o empirismo como critério ele “passa em revista” as razões metafísicas, morais e físicas demonstrando que todas elas não são conclusivas a favor da imortalidade da alma. Como exemplo disso, na conclusão do ensaio Hume lança o seguinte questionamento: “por meio de que argumentos ou analogias podemos provar um estado de existência que ninguém jamais viu e que não se assemelha a nada do que temos visto até agora?” (2006, p.27). Além desta interrogação ele lança outra: “quem depositará tamanha confiança numa pretensa Filosofia a ponto de admitir, sob seu testemunho, a realidade de um lugar tão maravilhoso?” (2006, p.27). Para estas duas interrogações a resposta de Hume é clara: “é preciso, para isso, uma nova espécie de lógica, e algumas novas faculdades mentais que possam nos fazer compreender esta lógica” (2006, p.27). Espertamente Hume argumentará que isso que está sendo questionado pode ser somente respondido pelo evangelho e pela revelação divina, mas não pode ser revelado pela razão humana, a menos que recebêssemos faculdades especiais para tanto.

O ensaio *Do suicídio* é certamente mais contundente, incisivo e sofisticado na sua argumentação do que o ensaio anterior. Por isso talvez a obra devesse ter levado o título: *Do Suicídio e Outros Textos Póstumos*. Mas isso é apenas uma questão secundária. A tese fundamental desenvolvida por Hume em *Do suicídio* consiste em defender que o suicídio não é imoral e nem irreligioso. Hume assevera que “se o suicídio é um crime, deve constituir uma transgressão de nosso dever para com Deus, para com o próximo, ou para conosco” (2006, p.33). Para mostrar que o suicídio não é uma transgressão para com Deus, ele argumenta que a vida humana está submetida às leis gerais da matéria e do movimento, portanto, não se configura

como uma ofensa contra a Providência Divina alterar o curso natural das coisas. Uma vez que é possível alterar todos os tipos de eventos naturais, por que não seria possível também alterar aqueles que dizem respeito a nós mesmos? Nesse sentido Hume afirma: “eu não cometeria um crime se desviasse o *Nilo* ou o *Danúbio* de seu curso, se fosse capaz de realizar tal propósito. Que há de criminoso, então, em desviar gotas de sangue de seus canais naturais?” (2006, p.38). Se estivermos de acordo que podemos alterar o curso de alguns eventos naturais para beneficiar aos homens, porque não concordamos que é admissível mudar o curso natural da nossa vida para evitar o sofrimento? Em que medida isto é uma revolta ou uma afronta ao Criador? A conclusão de Hume a este respeito é a de que o suicídio não é uma revolta, afronta ou ofensa ao Criador, mas talvez um exercício do livre-arbítrio e uma busca de eliminação dos sofrimentos e das misérias humanas.

Do ponto de vista social, isto é, do ponto de vista da “transgressão de nosso dever para com o próximo ou para conosco”, Hume diz que um homem que se suicida não causa mal nenhum à sociedade, apenas deixa de fazer um bem. “As nossas obrigações para fazer o bem à sociedade parecem implicar alguma reciprocidade. Recebo benefícios da sociedade e, portanto, devo promover seus interesses; mas quando me retiro completamente dela, tenho de estar ligado a ela por mais tempo?” (Hume, 2006, p.42). Partimos do pressuposto que nossa obrigação de fazer o bem à sociedade é algo eterno; no entanto, esta nossa obrigação com certeza tem limites. “*Não sou obrigado a fazer um pequeno bem para a sociedade à custa de um grande mal para mim mesmo. Porque deveria, então, prolongar uma existência miserável em troca de algumas vantagens frívolas que a coletividade pode talvez receber de mim?*” (Hume, 2006, p.43. O grifo é nosso).

Assim, “se considerarmos o suicídio um crime, então só a covardia poderia nos levar a cometê-lo. Se não o considerarmos um crime, a prudência e a coragem juntas deveriam nos levar a livrarmo-nos de uma vez da existência, quando ela se torna um fardo” (Hume, 2006, p.45). Portanto, a única forma “pela qual poderíamos ser úteis à sociedade seria dando um exemplo que, se fosse imitado, preservaria para toda pessoa a oportunidade de felicidade na vida, e a libertaria eficazmente de todo o perigo e de toda a miséria” (Hume, 2006, p.45). Enfim, Hume argumenta que o suicídio é uma prerrogativa tipicamente humana, pois, Deus não tem este “privilégio”. Plínio, um reconhecido historiador, que é citado por Hume, afirma: “Mesmo se quisesse, Deus não poderia cometer suicídio: é um bem supremo que concedeu ao homem mergulhado nos inúmeros males da existência” (2006, p.45).

Sem dúvida, a argumentação de Hume é atual, principalmente, considerando o problema da eutanásia. Alguns definem a eutanásia como um suicídio assistido. Considerando isto, parece que Hume poderia ajudar a discutir esta questão de uma maneira mais racional e mais humana. Todavia, é bom sempre recordar que os argumentos de Hume não pressupõem qualquer tese religiosa, mas apenas um exame atento da razão como ferramenta imprescindível para filosofar.

Os três últimos textos são de menor importância em relação aos dois primeiros. *Minha vida* é a autobiografia de Hume, considerada por alguns como a melhor autobiografia concisa escrita em língua inglesa. Entretanto, esta biografia também foi polêmica em virtude dos elogios que Adam Smith e S. J, Pratt fizeram a Hume pelo fato deste ter morrido sem qualquer preocupação com a vida após a morte. Os religiosos daquela época viram aquela admiração como um sinal de impiedade, que deveria ser muito mais abominável do que admirado (Cf. FIESER, 2001).

A *Carta a William Strahan* de Adam Smith e a *Última entrevista com David Hume* de James Boswell são descrições e relatos sobre os dias finais da vida de Hume, destacando, sobretudo, o seu estado de saúde, sua serenidade e sua tranquilidade diante da morte como um não crente.

* * *

Referências

CONTE, Jaimir. Apresentação. In: HUME, David. *Da Imortalidade da Alma e Outros Textos Póstumos*. Tradução: Daniel S. Murialdo, Davi de Souza e Jaimir Conte. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

FIESER, James. *História natural da religião*. Tradução de Jaimir Conte. Disponível In: *The Internet Encyclopedia of Philosophy* (<http://www.iep.utm.edu>), 2001, data do último acesso, 23/07/2012.

HUME, David. *Da Imortalidade da Alma e Outros Textos Póstumos*. Tradução: Daniel S. Murialdo, Davi de Souza e Jaimir Conte. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.